



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 2025

(Do Sr. Cabo Gilberto Silva)

Requerimento de Informação ao Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre o Programa Crédito do Trabalhador, lançado em 12 de março de 2025, que cria linha de crédito para trabalhadores da iniciativa privada sob regime CLT.

Senhor Presidente:

Requerimento de Informação ao Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro informações apresentadas acerca do Programa Crédito do Trabalhador, lançado em 12 de março de 2025, que institui uma linha de crédito voltada aos trabalhadores da iniciativa privada sob o regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Considerando a relevância do tema para a sociedade brasileira e o impacto potencial nas finanças dos cidadãos, apresento as seguintes perguntas:

- 1 - Qual é a principal intenção do governo ao lançar o Programa Crédito do Trabalhador, e como ele se alinha às políticas de inclusão social e econômica defendidas pela gestão atual?
- 2 - Quais medidas estão previstas para evitar que o programa resulte em um aumento do endividamento das famílias brasileiras, especialmente entre os trabalhadores de baixa renda?
- 3 - Qual será a taxa de juros aplicada a essa linha de crédito, e como ela foi definida para garantir que seja acessível sem comprometer a sustentabilidade financeira dos trabalhadores?
- 4 - Quais são os prazos de pagamento estipulados para os empréstimos. Houve estudos que demonstram a capacidade de pagamento dos trabalhadores dentro desses prazos?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB

- 5 - Como o governo pretende monitorar a eficácia do programa e avaliar se ele está, de fato, promovendo o desenvolvimento econômico sem gerar inadimplência em massa?
- 6 - Por que o governo optou por criar uma linha de crédito em vez de adotar medidas como a redução de impostos ou dos juros básicos da economia, que poderiam beneficiar diretamente os trabalhadores sem aumentar seu endividamento?
- 7 - Existe algum mecanismo de proteção para trabalhadores que, porventura, percam o emprego durante o período de pagamento do empréstimo, considerando que as parcelas são descontadas em folha?
- 8 - Qual é o papel do Ministro da Fazenda na gestão desse programa, e como ele se coordena com outras pastas, como o Ministério da Previdência Social?
- 9 - O programa prevê algum tipo de educação financeira para os trabalhadores, de modo a garantir que o uso responsável do crédito oferecido?
- 10 - Como o governo planeja mitigar os riscos de uma eventual bolha de crédito, caso a adesão ao programa seja massiva entre os cidadãos?
- 11 - Houve estudo sobre possíveis impactos negativos do programa na vida dos cidadãos?

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Crédito do Trabalhador, lançado em 12 de março de 2025, representa uma iniciativa significativa do governo federal para ampliar o acesso ao crédito entre os trabalhadores da iniciativa privada sob o regime CLT. Contudo, é dever desta Casa Legislativa fiscalizar as ações do Poder Executivo, garantindo que as políticas públicas como essas sejam aprovadas com transparência, eficiência e em benefício da população. Assim, este requerimento de informação busca dar clareza as intenções e os resultados esperados do programa, considerando seu potencial alcance social e econômico.

A criação de uma linha de crédito, embora possa estimular o consumo e a circulação de recursos na economia, levanta preocupações quanto ao risco de endividamento excessivo dos cidadãos, especialmente em um cenário de inflação persistente e elevado custo de vida. Dados





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB

recentes mostram que muitas famílias brasileiras já enfrentam dificuldades financeiras, o que torna essencial compreender como o governo pretende mitigar os riscos associados a essa política. A ausência de informações feitas sobre taxas de juros, prazos e salvaguardas contra inadimplência justifica a necessidade de respostas claras por parte do Ministério da Fazenda.

Além disso, a escolha por oferecer crédito em vez de adotar medidas como a redução de impostos ou juros básicos da economia merece ser questionada. Essas alternativas poderiam aumentar a renda disponível dos trabalhadores sem gerar dívidas, possivelmente com maior eficiência e menor risco. Este requisito, portanto, busca avaliar se o programa foi planejado com base em estudos robustos que demonstram sua superioridade em relação a outras estratégias de estímulo econômico.

Outro ponto relevante é o uso do FGTS como garantia de empréstimos, o que pode comprometer um fundo especificamente destinado à proteção do trabalhador em casos de demissão ou investimentos em habitação. É fundamental que o governo apresente mecanismos de controle e planos de contingência para garantir que o programa não fragilize essa conquista trabalhista, prejudicando os cidadãos no longo prazo.

Por fim, esta exigência reflete o compromisso desta Casa com o controle democrático das ações governamentais, garantindo que o Programa de Crédito do Trabalhador seja implementado de forma responsável e sustentável. As respostas do Ministro Fernando Haddad serão essenciais para que os parlamentares e a sociedade compreendam os reais benefícios e desafios dessa iniciativa, contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas públicas em prol do bem-estar coletivo.

Sala de Sessões, em de de 2025

Cabo Gilberto Silva

Deputado Federal

PL/PB

